

PROCESSO : 2014/09040/000126

ÓRGÃO : Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública – SEPLAN/TO

OBJETIVO : Verificar a efetiva execução das ações prioritárias, e avaliar os resultados alcançados no período.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO : 21/07/2014 a 12/09/2014.

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA : 01/01/2014 a 12/09/2014.

EQUIPE DE INSPEÇÃO : Edvaldo A. Feitosa Júnior Presidente
Meire Gomes de Oliveira Membro
Veralucia Rodrigues Barros Membro

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº. 01/2014 – 6ª COCI/DCI/CGE
DOC. SGD. 2014/09049/007329

1 – INFORMAÇÕES SOBRE O ÓRGÃO

1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GESTORA INSPECIONADA

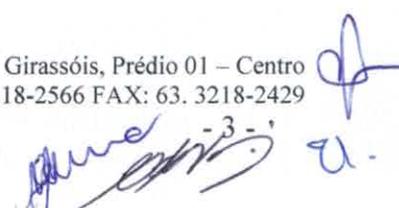
NATUREZA JURÍDICA : Administração Direta do Poder Executivo Estadual
CÓDIGO DA U.G. : 130100
ENDEREÇO: : Av. NS-1, Pça dos Girassóis, s/n, CEP 77.001-908, Esplanada das Secretarias.
TELEFONE : (63) 3212 4400 / 3212 4404

1.2 – NOMES E CARGOS DOS DIRIGENTES (ROL DE RESPONSÁVEIS)

O Setor de Recursos Humanos do Órgão disponibilizou o rol de responsáveis, de acordo com o art. 165 c/c art. 167, parágrafo único do Regimento Interno do TCE-TO nº 09, de 07 de novembro de 2012, conforme o quadro seguir:

NOME	CARGO	Nº ATO NOMEAÇÃO/ DESIGNAÇÃO/ EXONERAÇÃO
FLÁVIO RIOS PEIXOTO DA SILVEIRA	Secretário de Estado	Ato nº 318 - NM, de 25/02/2013 Ato nº 343 – EX, de 04/04/2014
MARCELO OLÍMPIO CARNEIRO	Secretário de Estado	Ato nº 345 – NM, de 04 /04/ 2014 Ato nº 464 – EX, de 05/05/2014
JOAQUIM CARLOS PARENTE JÚNIOR	Secretário de Estado	Ato nº 468 - NM, de 05/05/2014
ALAIR TAVARES E SILVA MOTA	Secretária Executiva	Ato nº 455 - NM, de 22/03/2013 Portaria CCI nº 736 – EX, 14/05/2014
VILMA DE AGUIAR MARTINS	Secretária Executiva	Ato nº 494 – NM, de 14/05/2014
FRANCISCA NAYARA DE AGUIAR MARTINS	Diretora de Gestão	Portaria nº 344, de 05/08/2013 Portaria nº 530, de 14/05/2014 Portaria/SEPLAN nº 219 de 11/08/2014
JOAQUIM DA SILVA MONTEIRO	Responsável pela Coordenadoria de Contabilidade e Finanças – CAD – FAS – 12	Portaria nº 344, de 05/08/2013 Portaria nº 530, de 14/05/2014 Portaria/SEPLAN nº 219 de 11/08/2014
MIGUEL CARLOS CHAVES JÚNIOR	Responsável pelo Setor de Contabilidade – Contador/FCA-11	Portaria nº 344, de 05/08/2013 Portaria nº 530, de 14/05/2014 Portaria/SEPLAN nº 219 de 11/08/2014
CARLLA SOARES DE FRANÇA	Responsável pelo setor de Finanças – Economista/FCA-11	Portaria nº 344, de 05/08/2013 Portaria nº 530, de

		14/05/2014 Portaria/SEPLAN nº 219 de 11/08/2014
FELIPE ALEXANDER DE PAULA SOUZA	Responsável pelo Setor de Patrimônio – Chefe de Divisão – CDE-III	Portaria nº 344, de 05/08/2013 Portaria nº 530, de 14/05/2014 Portaria/SEPLAN nº 219 de 11/08/2014
ELENICE DIAS DA ROCHA	Responsável pelo Setor de Recursos Humanos – Chefe de Divisão – CDE - III	Portaria nº 344, de 05/08/2013 Portaria nº 530, de 14/05/2014 Portaria/SEPLAN nº 219 de 11/08/2014
RILDO MARCOS GUARDA	Responsável pelo Setor de Transporte – Chefe de Divisão – CDE - III	Portaria nº 344, de 05/08/2013 Portaria nº 530, de 14/05/2014
ENIVAL DE PAIVA PEREIRA	Responsável pelo Setor de Transporte – Chefe de Divisão – CDE - III	Portaria/SEPLAN nº 219 de 11/08/2014
LUCILENE DUARTE GUIMARÃES GOETTEN	Responsável pelo Setor de Compras – CAD – FAS - 11	Portaria nº 344, de 05/08/2013 Portaria nº 530, de 14/05/2014
ALOISIO DONIZETTI DE MEDEIROS BORGES	Responsável pelo Setor de Compras – Assessor Direto – FAS - 07	Portaria/SEPLAN nº 219 de 11/08/2014
EDILSON GOMES DA SILVA	Responsável pelo Setor de Almoxarifado- Ass. Adm. – FCA - 9	Portaria nº 344, de 05/08/2013 Ato declaratório de Vacância nº 12, de 06/06/2014
BRUNO MENDES	Responsável pelo Setor de Almoxarifado - Assessor Direto. – FAS -07	Portaria/SEPLAN nº 219 de 11/08/2014
ROBERTO MARINHO RIBEIRO	Superintendente de Licitação	Portaria nº 344, de 05/08/2013 Portaria CCI nº 798 – EX, de 02/06/2014
CÍRIO CAETANO DA SILVA	Superintendente de Licitação	Ato nº 714 – NM, de 02/06/2014



1.3 – ATO DE CRIAÇÃO E OBJETIVOS

A Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública foi criada pela Lei nº 063/1989, extinta pela Lei nº 0146/1990 e recriada pela Lei nº 1046/1999. Hoje é regida pela Lei nº 2.425, de 11 de janeiro de 2011, a qual dispõe que cabe à SEPLAN:

✓ Realizar negociações econômico-financeiras com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras, em conjunto com os órgãos que desenvolvam atividades correlacionadas;

✓ Conduzir as relações intersubjetivas dos órgãos do Estado e da União;

✓ Elaborar, coordenar e gerenciar os planos de governo, a programação orçamentária, os sistemas estatísticos e as pesquisas socioeconômicas;

✓ Acompanhar e assessorar, no âmbito do planejamento estratégico, as unidades da estrutura organizacional do Poder Executivo;

✓ De forma unificada, definir a regionalização administrativa de suas entidades vinculadas;

✓ Exercer a coordenação geral das ações de Governo;

✓ Representar supletivamente o Estado no Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, e junto aos organismos regionais de desenvolvimento;

✓ Promover a modernização e o desenvolvimento organizacional do Estado;

✓ Elaborar políticas e gerir ações que visem ao atendimento e ao bem estar do cidadão;

✓ Coordenar a formulação, a execução e a avaliação das políticas públicas com vistas ao desenvolvimento econômico, social e institucional do Estado;

✓ Propor as políticas de pessoal e as relativas ao orçamento e aos recursos logísticos, tecnológicos e modernização administrativa;

✓ Gerenciar o parque de telecomunicações do Estado;

✓ Propor:

a. Diretrizes de políticas para informática;

b. Cursos de capacitação para usuários da informática;

c. Acompanhar e avaliar a utilização de recursos em informática;

d. Pesquisar e difundir novas soluções tecnológicas aplicáveis à gestão pública;

e. Desenvolver e implantar sistemas informatizados;

f. Planejar, gerenciar e manter a Rede Digital do Estado do Tocantins;

g. E disponibilizar consultoria acerca da política tecnológica do Estado e divulgá-la às unidades do Poder Executivo, e coordenar a execução;

h. Analisar, aprovar e acompanhar:

h.1. Os projetos de informática das diversas unidades do Poder Executivo, desde a fase inicial até a sua implementação definitiva;

h.2. Os procedimentos administrativos licitatórios que envolvam a contratação ou a aquisição de equipamentos, programas e serviços referentes à utilização dos recursos de informática.

1.4 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA 2014

Orçamento Inicial:	R\$ 52.671.471,00	Orçamento Autorizado:	R\$ 52.773.262,00
--------------------	-------------------	-----------------------	-------------------

Orçamento Executado*:	R\$ 11.430.338,21		Saldo Orçamentário	R\$ 41.342.923,79	
Receita por Fontes de Recursos:	0100 -	R\$ 25.534.781,00	Despesa por Fontes de Recursos*:	0100 -	R\$ 11.130.440,94
	0225 -	R\$ 385.000,00		0225 -	R\$ 116.550,00
	4219 -	R\$ 8.099.998,00		4219 -	R\$ 0,00
	4220 -	R\$ 18.753.483,00		4220 -	R\$ 183.347,27
* Os valores apresentados no item Orçamento Executado e Despesa Executada por Fonte de Recursos, referem-se às despesas liquidadas.					

Fonte: ANEXO 11 – SIAFEM, janeiro a julho /2014.

Anote-se que no orçamento executado estão incluídas as despesas de exercício anterior, no valor de R\$ 1.762.214,70 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e quatorze reais e setenta centavos), conforme Demonstrativo da Despesa por UG/Categoria Econômica (IMPBY), extraído do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM.

2 – METODOLOGIA E ABRANGÊNCIA

Conforme se verifica pela motivação constante no art. 3º da Lei nº 2.735/13 e considerando-se que a inspeção é um instrumento de trabalho que constata o regular funcionamento dos sistemas de gestão, a integridade dos bens públicos, a existência, consistência ou procedência de fatos ou indícios de irregularidades, preenchendo lacunas de informações e esclarecendo dúvidas ou verificando denúncias ou representações quanto à legalidade, à legitimidade, e a economicidade dos recursos públicos, bem como quanto aos atos administrativos praticados por qualquer responsável sujeito à fiscalização dos órgãos de controle, iniciou-se na data de 21 de julho do corrente ano, em conformidade com a PORTARIA CGE nº 192, de 15 de julho de 2014, os trabalhos de inspeção na Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública – SEPLAN.

O foco da inspeção são os procedimentos de execução das ações prioritárias do Plano Plurianual para o exercício de 2014.

Os trabalhos foram consubstanciados na análise da execução orçamentária, disponibilizado no Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária; em anexos extraídos do SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios); em entrevistas aos responsáveis pela execução das ações prioritárias e em papéis de trabalho, arquivados nesta CGE, para eventuais consultas, onde foram estritamente observadas as normas de fiscalização e inspeção aplicáveis ao Serviço Público Estadual. Nenhuma restrição foi imposta aos exames realizados.

3 – CONSTATAÇÕES

3.1 – AÇÕES PRIORITÁRIAS E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS

Inicialmente, a verificação foi realizada com a identificação das ações definidas como prioritárias constantes no anexo à Lei de Revisão do Plano Plurianual – PPA para 2012-2015, de acordo com o §1º, art. 2º da lei 2.779 de 22/11/2013 – LDO.

Foram identificadas 07 (sete) ações prioritárias e seus responsáveis, conforme o quadro a seguir:

Nº da ação	Descrição da ação	Responsável pela execução da ação, PORTARIA/SEPLAN Nº 16 de 16/01/2014 e PORTARIA/SEPLAN Nº 226 de 20/08/2014.
1002	Adequação urbana, acessos e revitalização das estruturas e atrativos turísticos.	Titular: Maria Alcimar B. Tolentino Aguiar – Matrícula: 900345-2. Suplente: Viviane Alexandre da S. Pereira – Matrícula: 907987-4.
1101	Elaboração e execução de planos estratégicos e projetos demonstrativos de turismo.	Titular: Olívia C. Macedo – Matrícula: 8157685-4. Suplente: Maria Alcimar B. Tolentino Aguiar – Matrícula: 900345-2.
2166	Implementação da Gestão para resultados.	Titular: de 16/01/2014 a 19/08/2014 – Ana Maria Kappes, matrícula: 860989-6/ a partir de 20/08/2014 – Keila Rosegela Parreira de Freitas, matrícula: 977746-1. Suplente: de 16/01/2014 a 19/08/2014 – Renata Cristina Lage Sousa, matrícula: 323655/ a partir de 20/08/2014 – Sérgio Ferraz Lisboa – matrícula: 1067796-2.
2278	Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins.	Titular: Rodrigo Sabino Teixeira Borges – Matrícula: 837830-4. Suplente: Aracy Siqueira de Oliveira Nunes – Matrícula: 861494-6.
1136	Implantação dos É PRA JÁ.	Titular: Odilon Coêlho Lima Júnior – Matrícula: 944613. Suplente: Tuisi Carvalho Cordeiro – Matrícula: 1225570
2246	Promoção dos Consórcios Intermunicipais.	Titular: Raimundo Nonato C. Brito – Matrícula: 836909-7. Suplente: Raul Rodrigues de F. Júnior – Matrícula: 821830-7.
1082	Elaboração de Planos Regionais e Agendas de Desenvolvimento Local.	Titular: Raimundo Nonato C. Brito – Matrícula: 836909-7. Suplente: Raul Rodrigues de F. Júnior – Matrícula: 821830-7.

3.2 – AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DO PLANO PLURIANUAL NO EXERCÍCIO DE 2014.

Para a avaliação, pela equipe de inspeção, dos procedimentos de execução das ações orçamentárias definidas como prioritárias no anexo à Lei de Revisão do Plano Plurianual – PPA para 2012-2015, as ações foram separadas por metas e prioridades da Administração conforme se observa abaixo:

3.2.1 – Prioridade do Governo: Estruturação dos Produtos Turísticos do Estado

Ações Prioritárias	Dotação Autorizada	Valores Empenhados	Valores Liquidados	Valores Pagos	% E/A
1002	R\$ 347.646,00	R\$ 199.544,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	57,40
1101	R\$ 4.222.354,00	R\$ 334.240,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	7,92

Fonte: ANEXO 11 – SIAFEM, janeiro a julho/2014.

Ação 1002 – Adequação urbana, acessos e revitalização das estruturas e atrativos turísticos.

Descrição da ação: Adequação dos acessos aos atrativos turísticos nas regiões do Jalapão e Cantão obedecendo às normatizações técnicas de acessibilidade pública, conforme as características da região e do tipo de atividade desenvolvida conforme as segmentações turísticas, adequação e revitalização de estruturas ecoturísticas. Melhoramento da infraestrutura turística com a recuperação e ampliação de vias de transporte e acesso aos principais pontos turísticos, apoio à implantação de equipamentos turísticos, sinalização turística, execução de obras de urbanização, reurbanização e paisagística e funcional nas sedes municipais.

A dotação orçamentária inicial para esta ação prioritária, em 2014, era de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), sendo reduzido o valor de R\$ 2.354,00 (dois mil trezentos e cinquenta e quatro reais). Com esta redução os recursos autorizados foram na ordem de R\$ 347.646,00 (trezentos e quarenta e sete mil e seiscentos e quarenta e seis reais) dos quais foram empenhados R\$ 199.544,11 (cento e noventa e nove mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e onze centavos).

O percentual de valores empenhados em relação à dotação autorizada foi de 57,40%, entretanto, não foi alcançada nenhuma meta física até o segundo trimestre de 2014. Com a análise da execução orçamentária verifica-se que os recursos foram destinados a despesas com serviços de consultoria.

De acordo com informações obtidas no Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária, na última atualização pela SEPLAN, a execução da ação encontrava-se em fase de empenho e assinatura do contrato para a execução do projeto de arborismo no Parque Estadual do Cantão.

A criação do projeto de arborismo foi a justificativa para os gastos se concentrarem em serviços de consultoria. Segundo a responsável pela execução da ação os fatores que impossibilitaram o melhor desempenho foram a demora na conclusão da licitação e as exigências do Banco.

[Handwritten signature]
- 7 -
[Handwritten signature]

Ação 1101 – Elaboração e execução de planos estratégicos e projetos demonstrativos de turismo.

Descrição da ação: Elaboração do Plano Estratégico das regiões turísticas, Plano de marketing e projetos demonstrativos de base comunitária nos segmentos: Ecoturismo, Turismo de Aventura e Pesca Esportiva através de realização de cursos de qualificação nas áreas de gestão e operação turística, realização de visitas técnicas e participação em eventos.

A dotação orçamentária inicial para esta ação prioritária, em 2014, era de R\$ 4.150.000,00 (quatro milhões, cento e cinquenta mil reais), houve um aumento de R\$ 72.354,00 (setenta e dois mil, trezentos e cinquenta e quatro reais), obtendo o valor de R\$ 4.222.354,00 (quatro milhões, duzentos e vinte e dois mil e trezentos e cinquenta e quatro reais) de recursos autorizados, dos quais foram empenhados R\$ 334.240,00 (trezentos e trinta e quatro mil e duzentos e quarenta reais).

O percentual de valores empenhados em relação à dotação autorizada foi de 7,92%, entretanto, não foi alcançada nenhuma meta física até o segundo trimestre de 2014. Observa-se que os recursos foram destinados a despesas com serviços de consultoria.

Conforme informações contidas no Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária a execução desta ação encontra-se em fase inicial, os trabalhos estão sendo concentrados no desenvolvimento de 04 (quatro) planos que se encontram nas seguintes fases:

- ✓ **Plano de revisão da política estadual e planejamento estratégico de 04 regiões turísticas** – em fase de recebimento das propostas, que serão analisadas e enviadas ao Banco para análise e aceitação e posterior assinatura de contrato.
- ✓ **Plano de Marketing Turístico das regiões Jalapão, Cantão e Palmas** – em fase de recebimento das propostas, que serão analisadas e enviadas ao Banco para análise e aceitação e posterior assinatura de contrato.
- ✓ **Projeto de Turismo de Base Comunitária no Jalapão** – em fase de revisão da minuta do contrato para posterior envio ao Banco Mundial para aceitação e posterior assinatura do contrato.
- ✓ **Projeto de Pesquisa esportiva** – encontra-se em fase de conclusão do Termo de Referência para posterior envio ao Banco Mundial.

Segundo a responsável pela execução da ação, foram assinados dois contratos e os outros estão em fase de licitação. Foi assinado em junho de 2014 o contrato para serviços de consultoria para elaboração de projeto demonstrativo de turismo de base comunitária no Jalapão. O outro contrato, assinado em maio de 2014, é referente à consultoria para elaboração de um circuito de arborismo no Parque Estadual do Cantão, estes dois projetos encontram-se em fase de execução.

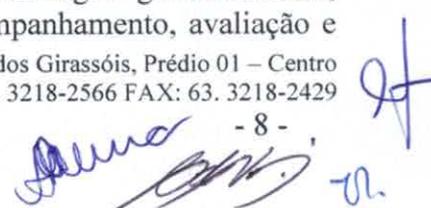
3.2.2 – Prioridade do Governo: Implementação da Gestão para Resultados.

Ações Prioritárias	Dotação Autorizada	Valores Empenhados	Valores Liquidados	Valores Pagos	% E/A
2166	R\$ 899.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
2278	R\$ 5.019.010,00	R\$ 266.400,00	R\$ 116.550,00	R\$ 66.600,00	5,30

Fonte: ANEXO 11 – SIAFEM, janeiro a julho/2014.

Ação 2166 – Implementação da Gestão para Resultados.

Descrição da ação: Implantação da gestão para resultados, por meio de alinhamento de indicadores, gestão e acompanhamento da estratégia governamental, elaboração do planejamento estratégico dos órgãos setoriais. Acompanhamento, avaliação e



gestão dos compromissos de resultado. Implantação do Escritório Central, avaliação do desempenho dos programas, objetivos, iniciativas e ações orçamentárias de governo, desenvolvimento e aquisição de ferramenta e softwares, conhecimento de melhores práticas e capacitação técnica.

Não houve execução financeira para esta ação. Alega-se na análise do Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária pela SEPLAN que as medidas necessárias para implantação da Gestão para Resultados nos Órgãos selecionados, não foram levadas ao Governador pelo gestor da SEPLAN e a etapa encontra-se aguardando decisões superiores para que a mesma tenha prosseguimento.

De acordo com a responsável pela execução da ação as atividades desenvolvidas foram a elaboração de uma minuta de projeto de Lei, que solicita a revogação da Lei nº 2663/2012, e a elaboração da Instrução Normativa que institui e orienta sobre a gestão para resultados no Estado, entretanto, essas minutas não foram levadas ao conhecimento do Governador pelo Gestor da Pasta, mesmo após a aprovação pelo Banco Mundial. A execução dessa ação encontra-se paralisada porque depende da aprovação destas normativas para dar prosseguimento.

O fator que prejudicou o melhor desempenho da execução desta ação, segundo a responsável pela execução da ação, foi a constante mudança de gestão.

Ação 2278 – Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins.

Descrição da ação: Atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico do Norte do Estado do Tocantins visando sua homologação federal, e elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins em escala 1:250.000, exceto Região Norte, com consenso institucional entre as vertentes, por meio de oficinas de planejamento e consultas públicas.

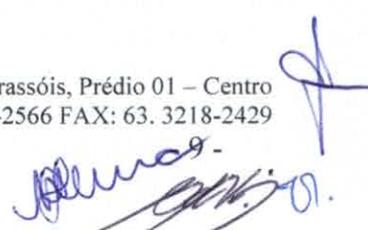
A dotação orçamentária inicial para esta ação prioritária, em 2014, era de R\$ 5.834.010,00 (cinco milhões, oitocentos e trinta e quatro mil e dez reais), sendo contingenciado um valor de R\$ 815.000,00 (oitocentos e quinze mil reais), com esta redução os recursos autorizados foram na ordem de R\$ 5.019.010,00 (cinco milhões, dezenove mil e dez reais), dos quais, foram empenhados R\$ 266.400,00 (duzentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais) e R\$ 116.550,00 (cento e dezesseis mil e quinhentos e cinquenta reais) foram liquidados e pagos.

O percentual de valores empenhados em relação à dotação autorizada foi de 5,30%.

Embora no Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária, a SEPLAN analise a ação como 100% da meta física alcançada, ou seja, uma unidade de zoneamento realizado, o responsável pela execução da ação afirma que foi executado apenas 0,1%, e o campo referente à meta física foi preenchido com o número 01 (um) pelo fato de o Sistema não aceitar número fracionado.

A equipe informará o setor responsável pelo Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária, sobre a dificuldade no lançamento de dados, para que ocorram as devidas alterações nos campos, possibilitando o preenchimento de forma adequada.

Os principais fatores que impossibilitam o melhor desempenho desta ação estão sendo a morosidade para a conclusão da licitação, a aprovação pelo Banco e a própria complexidade da ação.



3.2.3 – Prioridade do Governo: Implantação das Regiões Administrativas.

Ações Prioritárias	Dotação Autorizada	Valores Empenhados	Valores Liquidados	Valores Pagos	% E/A
1136	R\$ 2.482.500,00	R\$ 9.402,49	R\$ 9.402,49	R\$ 8.428,51	0,38
2246	R\$429.594,00	R\$ 1.000,00	R\$ 524,25	R\$ 524,25	0,23
1082	R\$313.440,00	R\$39.365,75	R\$39.364,75	R\$39.364,75	12,56

Fonte: ANEXO 11 – SIAFEM, janeiro a julho/2014.

Ação 1136 – Implantação dos É PRA JÁ.

Descrição da ação: Implantação de unidades fixas do É Pra Já, facilitando assim o acesso dos cidadãos ao Serviço Público, por meio da Parceria Pública e Privada.

A dotação orçamentária inicial para esta ação prioritária, em 2014, era de R\$ 2.640.000,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta mil reais), sendo contingenciado um valor de R\$ 157.500,00 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), com esta redução os recursos autorizados foram na ordem de R\$ 2.482.500,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais) dos quais, foram empenhados R\$ 9.402,49 (nove mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e nove centavos).

O percentual de valores empenhados em relação à dotação autorizada foi de 0,38%.

Até o 2º trimestre de 2014 não houve execução da meta estabelecida. De acordo com a análise da execução da ação pela SEPLAN, no Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária, isso se justifica pela necessidade de promover mudanças e reestruturação das Unidades já existentes, sendo que a execução das novas unidades será retomada somente após a adequação e reabertura dos postos de Araguaína e Gurupi.

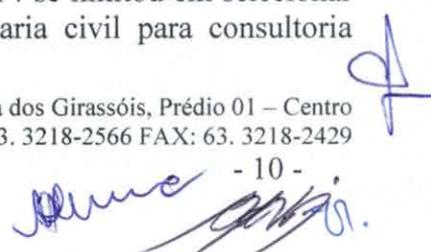
Ação 2246 – Promoção dos Consórcios Intermunicipais.

Descrição da ação: Estudos de viabilidade técnica-financeira para implantação de consórcios intermunicipais; identificação de problemas e potencialidades que possam ser resolvidos por meio da integração de prefeituras em consórcios intermunicipais; fortalecimento institucional dos consórcios existentes e em formação; participação e realização de encontros, seminários, workshop, e outras atividades programadas para conhecer e divulgar experiências de sucesso de consórcios intermunicipais nas diversas áreas, inclusive por meio de visitas técnicas em outras regiões do país; os consórcios intermunicipais nas regiões do projeto também serão apoiados, com treinamentos, assistência técnica, equipamentos e custos operacionais por meio de acordos de cooperação e responsabilização dos participantes.

A dotação orçamentária inicial para esta ação prioritária, em 2014, era de R\$ 483.440,00 (quatrocentos e oitenta e três mil e quatrocentos e quarenta reais), sendo reduzido o valor de R\$ 53.846,00 (cinquenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais). Com esta redução os recursos autorizados foram na ordem de R\$ 429.594,00 (quatrocentos e vinte e nove mil e quinhentos e noventa e quatro reais) dos quais foram empenhados R\$ 39.365,75 (trinta e nove mil trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

O percentual de valores empenhados em relação à dotação autorizada foi de 0,23%.

O desenvolvimento desta ação até o 2º trimestre de 2014 se limitou em selecionar profissionais nas formações de direito, administração e engenharia civil para consultoria



individual para o Consórcio. Porém, o processo parou em fevereiro de 2014, e não foi concluído o contrato com os profissionais.

A meta física para o período não foi alcançada. Segundo o responsável pela execução da ação, os fatores que impossibilitaram a execução da mesma foram a constante troca de gestor da Pasta.

Ação 1082 – Elaboração de Planos Regionais e Agendas de Desenvolvimento

Local.

Descrição da ação: Elaboração de Planos de Desenvolvimento por meio da contratação de consultoria e trabalhos técnicos internos, considerando o processamento estatístico; montagem de base de dados; mapeamento de variáveis econômicas por município; identificação das atividades produtivas com maior valor e maior grau de empresariamento; entrevistas e debates com autoridades locais, membros da sociedade civil organizada em reuniões do Fórum de desenvolvimento, seminários, workshop, etc.

A dotação orçamentária inicial para esta ação prioritária, em 2014, era de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), sendo reduzido o valor de R\$ 16.560,00 (dezesseis mil e quinhentos e sessenta reais). Com esta redução os recursos autorizados foram na ordem de R\$ 313.440,00 (trezentos e treze mil e quatrocentos e quarenta reais) dos quais foram empenhados R\$ 39.365,75 (trinta e nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

O percentual de valores empenhados em relação à dotação autorizada foi de 12,56%.

As Agendas de Desenvolvimento Local foram realizadas, com conclusão no final do 1º semestre de 2014, já a elaboração dos Planos Regionais de Desenvolvimento está parada. Um dos fatores que impossibilitaram a execução desta ação foi a falta de definição da política nacional, dificultando assim, o desenvolvimento da ação na esfera Estadual.

3.3 – Plano de Execução das Atividades que permitirão alcançar as metas previstas.

Conforme OFÍCIO CGE/GABSEC/Nº 1415/2014, foi solicitado à SEPLAN que disponibilizasse o Plano de Execução das Atividades que permitirão alcançar as metas previstas para as ações prioritárias para o exercício de 2014. Constatou-se que o Plano não contempla as ações de nº 1002 e 1101 as quais também não constam na relação das ações prioritárias. No entanto, estas ações tem execução financeira no orçamento da SEPLAN e também estão no Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária como ações prioritárias da Secretaria.

Observa-se que o Plano de Trabalho utilizado não evidencia se a atividade foi desenvolvida ou não após o prazo final para sua execução, bem como não apresenta percentual de execução, não possibilitando, deste modo, a visualização do que foi realizado em relação ao que foi proposto no Plano.

4 – RECOMENDAÇÕES

Diante das constatações apontadas neste Relatório, sugere-se à Administração da Unidade Gestora a observação das seguintes recomendações:

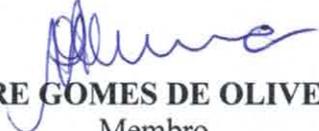
- ✓ Recomenda-se maior envolvimento dos responsáveis pela execução da ação com sua micro gestão e o fornecimento de informações mais completas e qualificadas sobre seu conteúdo específico no Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária;
- ✓ Sugere-se maior comprometimento do Gestor da Pasta nos esforços para a execução das ações prioritárias do Governo;
- ✓ Incluir tópico no Plano de Execução das Atividades onde conste, após o prazo final, relatório de acompanhamento das atividades e tarefas realizadas com avaliação do resultado alcançado.

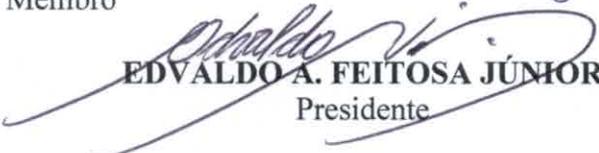
5 - ACOMPANHAMENTO

Todas as ações corretivas ou de melhoria devem ser implementadas, mediante cronograma a ser elaborado pela Administração do Órgão supervisionado, em conjunto com os responsáveis pelos Departamentos, para definição do cronograma de implementação.

SEXTA COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO, ao décimo dia do mês de outubro de 2014.

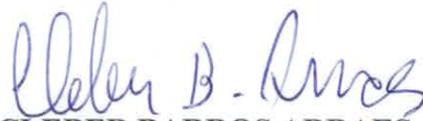

VERALUCIA RODRIGUES BARROS
Membro


MEIRE GOMES DE OLIVEIRA
Membro


EDVALDO A. FEITOSA JÚNIOR
Presidente

- I) De acordo.
- II) Sugere-se o encaminhamento deste Relatório a Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública – SEPLAN para conhecimento e adoção das medidas corretivas, e caso julgue necessário, apresente no prazo de 10 (dez) dias do seu recebimento, justificativas acerca dos apontamentos.

Em 14, 10, 2014


CLEBER BARROS ARRAES
Diretor do Departamento de Controle Interno